



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

KARLA WALÉRIA OLIVEIRA SILVA CHAVES

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETÁRIA DE
PLANEJAMENTO- SEPLAN EM CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

KARLA WALÉRIA OLIVEIRA SILVA CHAVES

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETÁRIA DE
PLANEJAMENTO- SEPLAN EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.
Orientadora: Prof^ª. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C512s Chaves, Karla Waléria Oliveira Silva

Serviço social e questão urbana: um estudo sobre o trabalho profissional do assistente social na secretária de planejamento - SEPLAN em Campina Grande - PB [manuscrito] / Karla Waleria Oliveira Silva Chaves. - 2015.
50 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira., Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social. 2. Política urbana. 3. Direitos sociais. 4. Trabalho. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.
Orientadora: Prof^ª. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

KARLA WALERIA OLIVEIRA SILVA CHAVES

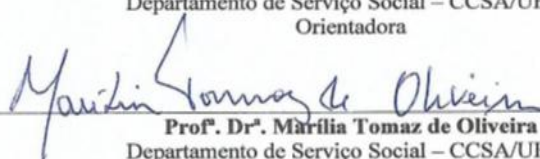
**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETÁRIA DE
PLANEJAMENTO- SEPLAN EM CAMPINA GRANDE-PB**

APROVADA EM: 17/12/15

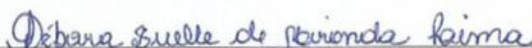
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Márcia Tomaz de Oliveira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinadora



Prof.ª Ma. Débora Suelle de Miranda Lima
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinador

CAMPINA GRANDE – PB

2015

Dedico este trabalho, primeiramente a DEUS, que me concedeu a dádiva da vida, e se faz presente em todos os momentos da minha vida, a minha mãe Maria de Lourdes Oliveira (em memória) pela educação que me deu ensinando-me a lutar por meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui minha profunda gratidão, às pessoas que contribuíram para a minha formação acadêmica e minha vida pessoal pelo qual venho manifestar a minha satisfação e afeto.

Expresso aqui o meu amor por DEUS sobre todas as coisas, agradeço aos meus pais mãe Maria de Lourdes Oliveira (em memória) pai Arlindo Gomes da Silva e minhas irmãs Wênia Katuscia Oliveira Silva, Wendy Waleska Oliveira Silva pelo amor a mim dedicado, e por todas as pessoas que direto ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, não citarei nomes para não ser injusta com alguns, que por ventura venha a esquecer.

Agradeço a cada um, que contribuiu para a minha vitória, aos professores da universidade em especial minha orientadora que contribuiu e acreditou em meu potencial, aos amigos que conquistei durante esta jornada Cilene Marques, Márcia Farias, Berto Nascimento, Anny Gabrielle e Joana D'arc, e aos colegas de sala.

OBRIGADA A TODOS QUE DEUS ABENÇOE !!!.

*Por vezes sentimos que aquilo que fazemos
não é senão uma gota de água no mar. Mas o
mar seria menor se lhe faltasse uma gota.*

(Madre Tereza de Calcutar)

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BHN-Banco Nacional de Habitação

CBISS-Conferência Internacional de Serviço Social

CEFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CEF- Caixa Econômica Federal

CNS/MS-Conselho Nacional da Saúde/ Ministério da Saúde

CRESS-Conselho Regional de Serviço Social

COHAB-Companhias de Habitação

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

FCP-Fundação da Casa Popular

FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

PNDU-Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH-Política Nacional de Habitação

PTTS-Projeto de Trabalho Técnico Social

SERFHAU- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH-Sistema Financeiro da Habitação

SEPLAN-Secretária de Planejamento

UEPB-Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Karla Waléria Oliveira Silva Chaves¹

O interesse pelo tema apresentado (Serviço Social e Questão Urbana: um estudo sobre o trabalho profissional do assistente social na secretária de planejamento- SEPLAN em Campina Grande-PB) surge a partir de experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Por entender que o Serviço Social como profissão lida com as múltiplas expressões da questão social e a ampliação de direitos sociais, sendo um profissional requisitado com frequência na coordenação, execução e avaliação da Política Urbana. Portanto, Este trabalho tem como proposta objetiva compreender a intervenção do exercício profissional na Política Urbana/Habitacional. E compreender o trabalho do Assistente Social e sua relação com a implementação da Política Urbana, em uma conjuntura de desequilíbrio urbano, aprofundamento da desigualdade social, o desemprego estrutural a precarização das relações de trabalho, déficit habitacional, fragmentação do trabalho, políticas focalizadas, seletivas e excludentes, que exige frequentemente um profissional qualificado com competência teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político, para atender as mais diversas demandas institucionais e sociais. Nesse contexto, evidencia-se o Serviço Social como um dos atores principais desse processo, trabalhando articulado à sociedade civil e ao Estado, no sentido de promover a inclusão à cidade. Tais considerações proporcionam uma visão macro da Política Urbana, discutindo ainda a necessidade da participação popular, do posicionamento do Estado, e da luta do assistente social quanto à transformação da sociedade. Diante do exposto, a metodologia utilizada será a descritiva e qualitativa com a elaboração de um questionário semiestruturado sobre a temática em estudo. Contudo, cabe destacar e analisar as referidas respostas do questionário, na qual, descreveu de forma sucinta o papel que o Assistente Social como profissional se posiciona diante da complexidade do sistema vigente, levando em consideração suas limitações e avanços, com a necessidade da qualificação e esclarecimento das suas funções diante das diversas expressões da Questão Social e Questão Urbana, para concretizar a prática operativa do Serviço Social.

Palavras-chaves: Serviço Social. Política Urbana. Direitos Sociais. Trabalho.

¹ Graduanda em Serviço Social Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

ABSTRACT

Karla Waléria Oliveira Silva Chaves²

Interest in the topic presented (Social Work and Urban Question : a study on the professional work of the social worker in the secretary of Planning Courses SEPLAN in Campina Grande-PB) comes from life experiences in the Supervised Internship in Social da Paraíba State University Service -UEPB . Understanding that social work as a profession handles multiple expressions of social issues and the expansion of social rights, being a professional requested frequently in the coordination, implementation and evaluation of urban policy. Therefore, this article aims to understand the intervention of professional practice in Urban Policy / Housing. And understand the work of the social service worker and its relation to the implementation of the Urban Policy in a urban imbalance conjuncture, deepening social inequality, structural unemployment and the unstructured of labor relations, housing shortage, fragmentation of labor, targeted policies, selective and exclusive, are points which often requires a qualified professional with theoretical and methodological expertise, technical-operational and ethical-political, to meet the diverse institutional and social demands. In this context, it is evident that the Social service is one of the main actors in this process, working to articulate civil society and the State, to promote the inclusion of the city. Such considerations provide a macro view of urban policy, still discussing the need of popular participation, rules and the State position, the struggle of the social service worker about the transformation of society. After the above, the methodology used is descriptive and qualitative with the preparation of a semi-structured questionnaire about the subject under study. However, it is important to highlights and analyzes these questionnaire responses, in which was described briefly the role that the social service worker as a professional, stands on the complexity of the current system, taking into account their limitations and advances, with the need for training and clarifying their roles on the various expressions of Social and Urban Issues, to achieve the operational practice of social service.

Keywords: Social Service. Urban Policy. Social Rights. Work.

² Graduate in Social Work State University of Paraíba-UEPB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2 - O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE	12
2.1 A importância da intenção de ruptura para o Serviço Social e sua aproximação com a teoria crítica de Marx.....	15
2.2 A Construção de seu Projeto Ético Político Profissional.	16
3 - O ESPAÇO URBANO E A CIDADE: A IMPORTÂNCIA DA POLITICA URBANA NO BRASIL COMO DIREITO SOCIAL	20
3.1 O espaço urbano e a cidade	20
3.2 A Política Urbana no cenário brasileiro	24
4 - O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA SEPLAN NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: POSSIBILIDADES E DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	30
4.1 Procedimentos Metodológicos da pesquisa.....	30
4.2 Resultados dos dados da Pesquisa de Campo.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	45

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema apresentado para esse estudo surgiu a partir da experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social III e IV do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), realizada na Secretária de Planejamento (SEPLAN) situada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 85, bairro Jardim Tavares em Campina Grande- PB, no período de 2013 a 2014. Dessa forma, objetiva-se compreender o trabalho do Assistente Social e sua relação com a implementação da Política Urbana na Secretária de Planejamento-SEPLAN em Campina Grande-PB, especificamente, a) Realizar um levantamento do perfil socioeconômico dos profissionais do Serviço Social na instituição; b) Identificar as ações, projetos e atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no âmbito da Política Urbana no município e, c) Compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos Assistentes Sociais no seu exercício profissional.

A SEPLAN é responsável pela articulação das demais secretárias e órgãos municipais para a implementação integrada de políticas, programas, planos e projetos tendo como atribuições fundamentais a promoção da política de desenvolvimento urbano, sobre a jurisdição de projetos ligados à urbanização, pavimentação e habitação. No campo da habitação, a SEPLAN é responsável por executar o programa do Governo Federal conhecido como “Minha Casa, Minha Vida”.

No final do século XX, o crescimento populacional se torna notório com uma grande aglomeração em centros urbanos, na qual implicou em um agravamento das desigualdades sociais e econômicas nas cidades, gerando a massificação da pobreza e da exclusão.

Diante desse cenário, a Questão Urbana e os processos de exclusão social se constituíram em temas de discussões através das quais se propõe a uma reflexão sobre o acesso à terra urbana como igualdade social.

Nesse contexto, evidencia-se o profissional do Serviço Social como um dos atores principais do processo da propriedade como uma função social, que preconiza a atender os princípios e valores que visam o bem da coletividade, desta forma compreendendo o conceito e o desígnio da função social.

O papel do Assistente Social na Questão Urbana é tanto necessário quanto significativo sabendo que a função fundamental da questão urbana é o desenvolvimento urbano, por meio do social, ambiental, econômico, e cultural para a construção de cidades mais justas e ambientalmente mais equilibradas, sendo para o Assistente Social um grande

desafio trabalhar a complexidade da exclusão social, diante da luta pelo direito à cidade em uma conjuntura capitalista.

Este trabalho será apresentado em três seções a primeira seção, refere-se a discussão “*O Serviço Social na contemporaneidade: contribuições para o debate*” Nesta seção, apresentaremos os pilares da estruturação do Serviço Social a partir da década de 1930, seu processo de renovação profissional, sua conceituação na intenção de ruptura e a aproximação com a teoria crítica de Marx e, por último, o importante avanço para a categoria dado a renovação de seu Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

A segunda seção com o título “*O espaço urbano e a cidade: a importância da Política Urbana no Brasil como direito social*” descreve a trajetória da Política Urbana, destacando o seu processo de transição campo/cidade/espaço urbano. Descrevendo o caminho da Política Urbana no cenário brasileiro, tomando como base o fortalecimento do setor industrial e a sua trajetória até a constituição de 1988 com enormes avanços na consolidação de direitos sociais.

A terceira seção “*O trabalho do Serviço Social na Seplan no município de Campina Grande -PB: possibilidades e desafios ao exercício profissional*” faz referência a atuação profissional, apontando demandas para a profissão e os principais desafios na contemporaneidade.

2 - O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

O Serviço Social teve seus pilares de estruturação em conteúdos doutrinários do pensamento social da igreja católica, sendo visto como um sistema de assistencialismo ou mesmo de caridade. Conforme Yazbek (2009, p.145-146) “[...] da doutrina social da igreja, no ideário frango-belga de ação social e no pensamento de São Tomaz de Aquino século XIII, se fez presente as ações emergentes do Serviço Social [...]”. Assim, de uma visão restrita e voltada as práticas de ajuda, o Serviço Social tinha uma forte relação com o ideário católico como fundamentação para a profissão.

Diante deste cenário de assistencialismo doutrinário o Serviço Social surgir em conjunturas históricas determinadas em uma contradição de pobres e ricos ou entre dominantes e dominados para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado.

Perante esta conjuntura, o Serviço Social teve sua ascensão no contexto social a partir da primeira metade do século XIX, sob os impactos da Revolução Industrial, tendo como base mudanças na produção e reprodução do trabalho manufatureiro possibilitando a ascensão do capitalismo industrial. Portanto, o Serviço Social surge em uma conjuntura de criação típica do capitalismo, articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, diante da expansão da pobreza.

O Serviço Social na década de 1920 a 1930 surge de iniciativas de particular de grupos e frações de classes trabalhadoras, possuindo em sua estruturação uma base social limitada sobre uma hegemonia de reorganização das esferas estatais, sociais e econômicas. Segundo MARTINELLI (2005, p. 66)

[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacente – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

Com a chegada da industrialização no Brasil, ocorreram inúmeras transformações no processo de trabalho, agravando o agravamento dos problemas sociais correlacionado com o processo de contradição entre o capital X trabalho. Nessa perspectiva, o Serviço Social institucionaliza-se como profissão nos agravamentos das

expressões da Questão Social, este construído na complexa dinâmica das relações sociais, a partir das contradições geradas no sistema capitalista.

A partir da década de 1940 o Serviço Social passa por um processo de tecnificação³, com influência do Serviço Social norteamericano, e pelo caráter conservador da teoria social positivista⁴ e com orientação funcionalista⁵. A partir do referencial teórico positivista e constrói propostas que não apontam mudanças, mas sim uma integração à ordem social vigente, voltando-se para o ajuste e a conservação.

Desta forma, o seu amadurecimento se deu através de diversas e intensas mudanças políticas, culturais e sociais vivenciadas na década de 1960, com uma reconceitualização de movimentos de reflexões críticas de sua ação de seus referenciais.

Será, no entanto, a partir desta conjuntura de mudanças no âmbito da profissão, que a renovação do Serviço Social se faz necessário, partindo do ponto de entendimento que o processo de renovação não constitui um movimento endógeno, mas responde ao processo de intensificação do desenvolvimento capitalista que passa a requisitar mudanças no perfil profissional, buscando assim, romper com o tradicionalismo. Portanto, será a partir de uma visão de totalidade que o Serviço Social tradicional brasileiro, passará por um processo de renovação da categoria. Na qual Yamamoto (2008, p.16) defende que:

O Serviço Social só poderá formar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

Diante da Renovação do Serviço Social cabe enfatizar a importância do Seminário de Teorização do Serviço Social ocorrido em Porto Alegre, em 1965 promovido pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social-CBISS, no qual deu origem a dois importantes documentos que foram: o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis que caracterizam a consolidação da tentativa de adequar as representações profissionais do Serviço Social as tendências sócio-políticas. Paulo Netto (2009, p. 165) argumenta que:

³ Chegar acamadas mais pobres da sociedade de uma forma mais compreensível.

⁴ Ciência positiva na qual se baseia na capacidade de compreender com exatidão a realidade, tanto natural quanto social.

⁵ Que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo.

[...] aqueles documentos condensam e veiculam, donde a validez de centrar sobre eles a análise; melhor: é indubitável que neles se alcançou a mais expressiva síntese de um dado modo de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro: um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento donde, a partir deste traço sintético, a justeza de considerá-los exemplares.

O Documento de Araxá foi realizado nos dias 19 e 26 de março de 1967 onde reuniram 38 Assistentes Sociais com a perspectiva profissional, direcionada pela ação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, desajustamentos, muitas vezes, decorrentes de estruturas sociais inadequadas. Paulo Netto Apud CBISS (1986 p.31-32) destaca que “O documento entende a infraestrutura social como facilidades básicas, programas para saúde, educação, habitação e serviços sociais fundamentais [...]”. Este documento destaca a importância da plena utilização dos recursos naturais e humanos, sobre tudo, condicionando a atuação do Assistente Social ao uso exclusivo de processos de Caso, Grupo, e Comunidade no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais.

Já o documento de Teresópolis realizado no período entre 10 e 17 de janeiro de 1970, reuniu 33 Assistentes Sociais e sua temática centralizada na necessidade de um estudo sobre a metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira. Paulo Netto (2009, p. 178) afirma que “No documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas, sobretudo como pauta interventiva”. O texto de Teresópolis é visto como um contraponto ao documento de Araxá, ou seja, o que foi hegemônico em Araxá se consolidaria em Teresópolis, com uma visão mais metodológica de forma a pensar que ficaria impossível pensar em Serviço Social sem remetê-lo à problemática das ciências sociais, nesse aspecto, a intervenção do Assistente Social se baseará em um questionamento de uma constituição histórica.

Na conjuntura apresentada, o Serviço Social no período de 1965 à 1970 em uma perspectiva modernizadora se institui em referenciais instrumentais para atender as demandas societárias com um esforço de adequar o Serviço Social as técnicas e estratégias de intervenção no campo de sua operacionalização, sob o desenvolvimento do capitalismo e as demandas emergentes.

Nesta perspectiva modernizadora o debate central do profissional se dá a partir de uma direção estrutural embasado na teoria do positivismo, na qual, se baseava na capacidade de compreender com exatidão a realidade, tanto natural quanto social.

É nesta análise que se insere o recurso à fenomenologia pelo Serviço Social na segunda direção do chamado processo de renovação profissional. A ideia principal da fenomenologia é a noção da intencionalidade caracterizada como uma atividade da consciência ao fato de que o conhecimento deve estar a serviço do homem, da reflexão do ser no mundo e não a favor da sua destruição. A fenomenologia, dirige-se, inicialmente, portanto, ao “mundo vivido” que se encontra num estágio de pré-reflexão para elevá-lo a categoria de refletido, ou seja, caracteriza-se pela busca da essência do “ser no mundo” através de um processo reflexivo sobre o mundo vivido.

A próxima seção irá abordar a importância da intenção de ruptura para o Serviço Social enquanto profissão, em uma perspectiva de mudança e amadurecimento, norteada sobre uma vertente de superação do tradicional para uma visão crítica embasada na teoria marxista.

2.1 A importância da intenção de ruptura para o Serviço Social e sua aproximação com a teoria crítica de Marx.

Partindo do ponto de vista da visão do Serviço Social tradicional no período de 1980 a 1985 no âmbito da profissão, houve-se a necessidade de um novo direcionamento na busca de romper com as práticas conservadoras ou mesmo tradicionais, de uma nova orientação profissional o que ficou conhecido como a intenção de ruptura, Segundo Paulo Netto (2009, p.159) “essa direção manifesta a pretensão de romper quer com a herança-metodológica do pensamento conservador, quer com seus paradigmas de intervenção social”. Evidenciando-se como um direcionamento para a prática profissional com objetivo central da superação do tradicional para uma visão crítica.

É neste contexto que, Marilda Iamamoto, se aprofunda sobre a proposta da “Intenção de Ruptura”, que busca compreender o significado social da profissão em conexão com a produção das relações sociais na sociedade capitalista.

A intenção de ruptura possui como centralidade a crítica ao tradicionalismo e aos embasamentos teóricos, metodológicos e ideológicos, diante destes desafios, o Serviço Social e a prática profissional se embasam na teoria marxista.

É no âmbito da adoção do marxismo como referencial analítico, que o Serviço Social como componente da organização da sociedade se insere na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução das relações sociais. No qual,

aponta a necessidade da constituição de um pensamento crítico na área tendo como referencial teórico de análise a teoria social crítica de Marx.

[...] “o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo”. Enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo. É um instrumento adequado ao seu objeto, que é a análise da realidade capitalista. Enquanto o capitalismo existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Instrumento de crítica e autocritica de visualização e de superação dessa realidade. As fontes do pensamento de Marx são constituídas por uma concepção de mundo e método que é a filosofia dialética, na qual se percebe que tudo que existe é um permanente devir, uma permanente superação, um permanente movimento (PAULA, 1995, p. 30).

Sendo assim, remete a profissão à consciência de sua inclusão na sociedade de classes, introduzindo novas reflexões e compromissos para os assistentes sociais. Claramente, rompe com a herança conservadora ganhando amplo debate sob a qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo.

É a partir da tradição marxista, que a profissão ganha amplo debate para além da academia e começa a receber com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; sob a qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com o conservadorismo.

Tomando como embasamento o pensamento de Antônio Gramsci e seus enfoques acerca do Estado, da sociedade civil, e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, a Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, a Thompson e à sua concepção acerca das "experiências humanas", e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear as produções teóricas, as reflexões e posicionamentos ideopolíticos da categoria profissional.

2.2 A Construção de seu Projeto Ético Político Profissional.

Diante deste embasamento teórico apresentado anteriormente o Serviço Social e a sua prática profissional nos anos de 1990 vive um momento importante: a construção do seu Projeto Ético Político Profissional, no marco do Serviço Social no Brasil. Este

período é marcado, especialmente, pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é um projeto de transformação da sociedade vinculado a uma dimensão societária que propõe a construção de uma nova ordem social com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Do ponto de vista profissional, o projeto implica o compromisso com a competência de serviços prestados à população, apresentando na sua hegemonia as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, tomando como base o aperfeiçoamento intelectual dos profissionais. Paulo Netto (1999, p.16) descreve que:

[...] o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social [...].

Assim sendo, o Serviço Social em seu processo de formação e instituição de uma prática profissional, se potencializará na produção de conhecimento no interior de sua profissão, tendo como parâmetros teorias críticas do pensamento social, embasadas em instrumento indispensável para a sua democratização e universalização, no entendimento da ética, da liberdade, da democracia e dos direitos humanos.

Diante destas profundas mudanças teórico-metodológicas vivenciadas pelo Serviço Social Brasileiro, o debate ético se fortalece no universo profissional tornando-se pertinente a revisitação do Código de 1986, à aprovação do Código de 1993, com o objetivo do amadurecimento teórico-político sobre a relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário.

O Código de Ética de 1993 vem trazer em sua gênese a defesa dos interesses do trabalho e da classe trabalhadora reconhecendo a liberdade como valor ético central, incluindo uma visão estruturante de princípios e valores que orientam o trabalho profissional, fundamentando-se em normas, deveres e proibições para a construção de uma política crítica e emancipatória. Para Barroco e Terra (2012, p.22).

[...] exige reflexão e atitude críticas cotidianas sobre nosso agir pessoal e profissional à luz da liberdade, da democracia, da justiça social, da equidade, e da emancipação humana tecendo um campo de possibilidades que afirma e supera os direitos e deveres nele presentes.

Sobre este entendimento que, a profissão se estrutura e se impõe diante das situações de exploração do trabalho cotidiano como um instrumento em defesa da ética, dos direitos e da emancipação humana. Apresentando em seus parâmetros profissionais, o compromisso ético-político, buscando a legitimação social da profissão.

Não podemos esquecer que é nesta mesma década de 1990 que foi aprovada a Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993, para que houvesse a efetivação da profissão de modo a objetiva-la a atribuições legais e regimentadas que lhe vão ser conferida pela Lei nº 8.662/1993 na perspectiva da materialização do Projeto Ético-Político Profissional e dos princípios do Código de Ética do Assistente Social.

A Lei que regulamenta a profissão é de fundamental importância para o Assistente Social, em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no núcleo da categoria, tomando como base, ético político, o conjunto das organizações que dão efetividade à profissão Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), fortalecendo o processo de materialização profissional.

A atuação das organizações CFESS-CRESS estrutura-se pela defesa dos interesses do trabalho profissional do Assistente Social objetivando-se na qualidade, na formação acadêmica e no exercício da profissão em uma perspectiva de garantia das competências e atribuições profissionais.

Perante as exigências da contemporaneidade e a estruturação profissional da categoria se fez necessário um amplo e sistemático debate na revisão curricular nas unidades de ensino do curso de Serviço Social, diante das novas expressões da questão social, tornou-se, cada vez mais, imprescindível adequarmos os fundamentos teórico-metodológicos do ensino superior aos padrões de qualidade apropriados frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção e do espaço ocupacional do assistente social, exigindo novas demandas as Diretrizes Curriculares.

As Diretrizes Curriculares se estabelecem e configuram-se na flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, nas transformações da ciência e da tecnologia na atualidade. Os novos perfis do enfrentamento da questão social, às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, exigindo que o ensino superior estabeleça condição adequada a esse novo enfrentamento.

O currículo mínimo do curso se estruturou em ementas voltadas para sua História, teoria e metodologia, além do estágio supervisionado, representando um

enorme desafio no sentido de sustentação a estes conteúdos. Para Iamamoto (2014 p.615)

Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social no país e passa a exigir novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organizada categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais, que vão dar sustentação ao projeto O Serviço Social no Brasil, uma experiência inovadora no cenário profissional mundial.

De forma que as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de amplos e diversos debates acadêmicos sobre a revisão e estruturação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS

A seguinte seção irá abordar a importância da Política Urbana no Brasil, compreendendo a cidade como espaço urbano, e os principais embates políticos e socioeconômicos marcados pela implantação do espaço urbano como um direito social.

3 - O ESPAÇO URBANO E A CIDADE: A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL COMO DIREITO SOCIAL.

3.1 O espaço urbano e a cidade

O espaço urbano é compreendido a partir dos estudos de Marx⁶, Angel⁷ e Henri Lefebvre⁸, nos quais, basearam-se na interpretação das transformações ocorridas no campo no final do século XIX, principalmente, em relação às migrações forçadas do campesinato⁹ para a cidade. Estes estudiosos fundamentaram suas análises a partir do trabalhador do campo, que tinha a terra como um dos meios de produção para sua subsistência entendido, também que, o rural não era apenas o lugar da produção da pecuária e da agricultura, mas também, representava o modo de vida dos trabalhadores rurais. Dessa forma entende-se que espaço urbano configura-se da mudança do espaço rural para o espaço urbano.

O processo de transição campo/cidade materializou-se com o surgimento de novas tecnologias que revolucionaram a agricultura de forma a excluírem a mão de obra arcaica dos trabalhadores rurais, retirando deles os meios de produção e deixando-os somente com sua força de trabalho. Para os trabalhadores rurais a mudança para as cidades trouxe a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo, pois representava a oportunidade de mudança de vida, escolarização, lazer, cultura e um trabalho menos “penoso”. Causando, assim, uma mudança significativa em relação ao esvaziamento do campo para as grandes capitais gerando uma acumulação e concentração de pessoas em um único lugar. Para Martins (2002, p.121)

[...] o desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra, mas sim em reduzi-lo à única coisa que interessa ao capital, que é a condição de vendedor de sua força de trabalho.

⁶ Foi um intelectual e revolucionário alemão fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.

⁷ Foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele co-autor de diversas obras de Marx.

⁸ Foi um filósofo marxista e sociólogo francês, estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. Realizou estudos referentes ao espaço urbano.

⁹ Conjunto de agricultores de uma região de uma dada condição dos camponeses.

De forma que, o trabalhador rural foi gradualmente afastado de suas terras e do processo produtivo em que vivia até se tornar um trabalhador a serviço da nova classe burguesa emergente. Léfèbvre (1999, p.53) define: “o fenômeno urbano se apresenta como realidade global (ou quer assim falar: total) implicando o conjunto da prática social”. Dessa forma o espaço urbano é estruturado a partir das relações sociais em processo de organização social.

Compreende-se a cidade como espaço urbano, um conjunto de organização espacial em diversas áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais; áreas industriais, residenciais, e áreas de lazer entre outras. Castells (1983, p. 182) define: “A cidade, portanto, é uma forma de apropriação do espaço urbano socialmente produzido”. Em termos gerais, é o conjunto de diferentes usos da terra que produz e se reproduz nas relações sociais.

Com base na teoria marxista o espaço urbano é a relação homem/natureza ou homem/espaço mediatizada pelo trabalho e a produção das relações sociais, antes de ser um espaço físico o urbano é um espaço social onde vivem seres humanos que têm suas necessidades, seus sonhos, e seus projetos de vida, definindo-se, assim, como um local que se concentra equipamentos de meios de consumo coletivos como hospitais, escolas, saneamento básico, transporte, postos de saúde, entre outros, e, em especial, moradias que constitui a construção de relações sociais, materializando-se como a vida em sociedade.

A cidade é uma construção humana do trabalho materializado que acumula uma série de gerações a partir da relação da sociedade com a natureza, assim sendo, o sentido e a finalidade da cidade enquanto construção histórica se estrutura a partir da produção do homem e à realização da vida humana. Para Carlos (2007, p.20)

A cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana.

De maneira que, a cidade se consolida em um território real e concreto, evidenciando a vida na cidade o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais. Nessa direção, a cidade é interpretada, dialeticamente, como espaço social composta em três planos¹⁰: **o econômico**, a cidade percebida como condição da

¹⁰A materialização dos processos econômicos, políticos e sociais são dadas pela indissociabilidade, ou seja, da não separação desses processos de forma que a cidade depende também das relações entre as

realização da produção capitalista; **o político**a cidade apontada como espaço de dominação do Estado e; **o social**a cidade como elemento central da reprodução da vida humana. Esses três planos revelam dimensões, globais tendo como processo a realização do ser social na reprodução das relações sociais.

Pensar o urbano, nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu diante da constituição de novas centralidades, de sua expansão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais, é por isso que podemos afirmar que o espaço contempla simultaneamente as possibilidades concretas da generalização do processo de urbanização.

Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida, neste contexto, as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho, para focar a vida em todas as suas dimensões de lugares, como a casa, a rua, o bairro que ocorrem no plano do morar que pautam a reprodução da vida.

Como decorrência de um novo espaço criam-se lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida dando sentido ao ato de habitar, neste sentido o ato de habitar não se resume apenas a ter uma moradia, trata-se do direito à cidade no sentido de totalidade.

O plano da habitação revela enquanto prática um ambiente fragmentado pelas formas existentes de moradia, desta maneira a casa se apresenta como uma parte fundante no ato de habitar, mas é preciso considerar que a habitação não se restringir apenas a casa, pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo outras condições de apropriação as pessoas usam outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, lazer dentre outros, desta forma, a habitação revela a existência da fragmentação do espaço ocupado.

Do ponto de vista capitalista, o processo de habitar é delimitado aos espaços passíveis de apropriação, abrindo espaço a fragmentação da propriedade privada do solo

peças e grupos, o que significa dizer que, a prática social é um conjunto de atribuições de direitos, nas áreas econômicas políticas e sociais na qual engloba o direito ao trabalho, à educação, a saúde, a habitação, aos lazeres, a vida, entre outros, de forma que esses direitos configuram o direito a cidade e a vida urbana enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social.

urbano, os lugares transformam-se em instrumentos no processo de reprodução da cidade como uma produção econômica, e os espaços urbanos se transformam em mercadorias em função do progresso pelas necessidades do crescimento econômico, reduzindo o ato de habitar em uma finalidade utilitária.

No âmbito do mundo da mercadoria diante desta trajetória a vida urbana se expande através de normas reduzidas a uma função de mercado e, quanto mais funcionalizadas é o espaço, menos ele pode ser apropriado no ato de habitar, de forma que nesse processo, o cidadão se reduz à condição de usuário.

O Estado, por sua vez, atua na organização espacial da cidade como um grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do solo, o poder do Estado se refere a uma prática que vai em direção à segregação sócio espacial ¹¹nesse sentido, o ato de habitar, enquanto ato social, vai desaparecendo, transformando a habitação em abrigo ou fuga, revelando os conflitos e limites da reprodução social e, neste sentido, a luta por moradia aparece como possibilidade renovada de realização da vida.

A presença, cada vez maior, dos condomínios fechados, de imensas periferias com moradias autoconstruídas, na construção das áreas de favelas revela a produção da mercantilização do solo urbano como mercadoria, no caso das classes de baixa renda, a estratégia não é a de separar-se da cidade, mas de sobrevivência, já dos condomínios fechados apontam, para as necessidade e vontade de isolamento por parte de uma “segurança” maior atrelada ao espaço de luxo é mantido por várias estratégias como a reprodução do setor imobiliário.

O plano de habitar a cidade ganha sentido ao ser analisado a partir da necessidade de entender o habitar enquanto um direito. Esse direito é interpretado como um direito social na perspectiva da realização da vida, ou seja, o direito á cidade se justifica na perspectiva da função social que, por sua vez, justifica-se na garantia do bem-estar de seus habitantes no que envolve transporte público, saneamento, calçamento, empregos, lazer, enfim, tudo aquilo que oferece conforto ao cidadão.

De forma que, a cidade responde as funções da vida entendidas como o processo de habitar, trabalhar entre outros, ou seja, na construção das relações humanas

¹¹ Significa um meio de privilégios para a classe dominante e de controle e de reprodução social. O espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade.

e sociais desta forma que a cidade é entendida como bem supremo a apropriação dos lugares de realização da vida.

Diante da organização do espaço urbano e sua definição entendida com espaço socialmente construído pelo homem, na próxima seção será apresentada a trajetória da Política Urbana no contexto brasileiro, ressaltando os mecanismos que possibilitaram a efetivação dos direitos urbanos em um contexto de lutas e conquistas, introduzindo na constituição brasileira de 1988 as temáticas específicas da Política Urbana ao qual se refere nos artigos 182/183.

3.2 A Política Urbana no cenário brasileiro

Tomemos como base de estruturação para a Política Urbana no contexto brasileiro, a partir do fortalecimento do setor industrial no final do século XIX e início do século XX quando a população praticamente dobrou de quantidade de habitantes nos centros industriais a sua maioria vindas do meio rural.

No Brasil, foi durante a Ditadura Militar que o país viveu um momento de expressivo crescimento econômico possibilitado pelo aumento das exportações de produtos nacionais e consolidação das indústrias, dando espaço a uma urbanização acelerada e desenfreada, proporcionada pelos interesses dos investimentos do capital financeiro, transformando, assim, as cidades em um palco de profundos abismos sociais. Para Grazia (2003, p.53).

Com o passar do tempo os problemas urbanos tornaram-se inúmeros e cada vez mais frequentes, motivando assim a luta pela chamada Reforma Urbana no Brasil, que ganhou forças realmente a partir da década de 70, quando os movimentos sociais urbanos colocaram na cena pública um quadro de profundas desigualdades sociais e degradação ambiental.

Com o predomínio das atividades econômicas nas cidades entre 1930 a 1970 o Brasil presenciou a efetivação do processo da urbanização no qual exigiu um gigantesco movimento de construção de cidades e assentamentos residenciais necessárias para receber os imigrantes estrangeiros ou da mudança de endereço das pessoas de uma cidade para outra.

Mediante tal configuração a precarização das condições de trabalho, aliadas às dificuldades das construções de espaços urbanos no que se refere ao transporte, abastecimento de água, energia elétrica, saúde, educação, esgotamento sanitário e

recolhimento de lixo, dentre outros serviços, como educação, saúde, e lazer não ofereciam as condições mínimas para que as necessidades dos trabalhadores e habitantes fossem atendidas. Maricato (2001, p.83) explica que:

A persistente desigualdade na distribuição de renda e da riqueza no Brasil e a precarização das condições de trabalho, aliadas às dificuldades impostas para a regularização de áreas ocupadas e conjugadas com a falta de subsídios governamentais, geraram o grande déficit habitacional e as ocupações ilegais.

A exploração tornou-se cada vez maior á classe trabalhadora, na qual, tentavam sobreviver com os baixos salários, mediante este fato a opção para os trabalhadores foi garantir a alimentação ficando sem a moradia.

Diante desta realidade o patronato construíram casas ao redor das fábricas surgindo as Vilas Operárias, à construção destas casas garantiam aos industriais a isenção de impostos como também seria uma forma de disciplinamento da classe trabalhadora, de forma que as casas eram alugadas ou cedidas aos seus operários qualificados, a fim de manter a reprodução da força de trabalho sem elevação dos salários e, ao mesmo tempo, mantê-los cativos à ideologia da fábrica, diminuindo o tempo de deslocamento e a possibilidade de convocá-los a qualquer hora, conforme a necessidade da produção.

Perante esta realidade e em virtude da aglomeração de trabalhadores, sem escolarização, semianalfabetos, sem qualificação para o trabalho nas fábricas, sobrando o trabalho pesado nas cidades, com longas jornadas e com o crescimento das cidades desencadeou-se, uma forma de exclusão estrutural que comprometeu a dignidade humana. Além da não inserção no mercado de trabalho, os trabalhadores precisavam buscar alternativas de moradia, alimentação e inserção junto à sociedade. Para Yazbek (1996, p. 119) “a moradia precária é uma das expressões observáveis da exclusão social. [...] a convivência com situações de extrema violência é um dos preços que, muitas vezes, o trabalhador pobre tem de pagar para morar”.

Perante este contexto de exclusão, déficit habitacional e precarização do trabalho e a ausência de uma Política Urbana efetiva, surgiram como alternativas a ocupação irregulares em locais inadequados para moradia formando assim as favelas, cortiços e invasões irregulares.

De acordo com esta conjuntura o Estado é chamado para subsidiar a reprodução da força de trabalho através de programas e planos de habitação popular que possam

minimizar essa demanda. Durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) que aconteceram as primeiras intervenções públicas na área de habitação popular como a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), por meio do Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946 com objetivo de romper com a falta de acesso à cidade e à moradia sendo a primeira agência de nível nacional voltada exclusivamente para a construção de casas populares para as classes de baixa renda. Além da atividade de financiamento de casas populares a FCP era facultado atuar no fornecimento de serviços de infraestrutura e saneamento básico.

Em 1964 com a chegada do Governo Militar ao poder sob o comando do General Castelo Branco (1964-1967), a Fundação da Casa Popular é extinta, em virtude de sua ligação com o antigo regime que se estruturava em uma política populista, neste período instaura-se o regime militar, com características centralizadoras de uma administração autoritária.

Com o propósito de um desenvolvimento econômico e a legitimação de um novo governo e com a intenção de obter a simpatia de largos setores populacionais, durante o regime militar cria-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) na qual construíam casas populares direcionadas a camada populacional de baixa renda, além da habitação, outro objetivo da criação do BNH era contribuir para a estabilidade social, para isso era importante gerar muitos e novos empregos, o que se deu por meio da construção civil.

Juntamente com a criação do BNH, cria-se também, o Plano Nacional de Habitação (PNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) através da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964. Com o propósito de garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento, com a expansão destes aparelhos institucionais o BNH transformou-se em um verdadeiro banco de desenvolvimento urbano que recebeu a missão específica de ser o órgão gestor do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). De acordo com Azevedo e Andrade (1981, p.43).

O BNH é investido nas funções de órgão central dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, com competência para “orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação”, para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menos renda.

Com a transformação do BNH uma das estratégias foi à criação das Companhias de Habitação (COHAB) que funcionavam a nível estadual e federal sob a forma de

sociedade de economia mista, sendo controladas integralmente pelo setor público. Seu alvo era o atendimento a famílias com renda mensal entre três e cinco salários mínimos, desta forma o BNH elevaria sua pontuação em vistas dos propósitos sociais do Banco.

Mesmo com esta estratégia no BNH pouco influenciou a redução do déficit habitacional, por funcionar de forma clientelista uma vez que o acesso á moradia era restrito àqueles vinculados ao mercado de trabalho e que podiam pagar pela aquisição da casa própria.

Com a extinção do BNH as atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, a quem coube o papel de agente operador do fundo de garantia por tempo de Serviço- FGTS. A incorporação das atividades do BNH a este novo órgão estatal fez com que a questão urbana e especialmente a habitacional passasse a depender de uma instituição que não tinha como foco principal a habitação. De acordo com Ribeiro; Azevedo (1996, p. 81), “mesmo sendo considerada como agência financeira de vocação social, a caixa possui paradigmas institucionais de um Banco comercial, como a busca de equilíbrio financeiro e o retorno do capital aplicado”.

A década de 1980 foi marcada também por uma fase de grande movimentação popular em torno do atendimento das necessidades básicas, dos direitos sociais, e frente a este contexto, surgem os movimentos sociais urbanos no qual suas maiores reivindicações são expressas nas necessidades das políticas públicas de educação, saúde, moradia, saneamento e transporte, diante deste paradigma à Questão Social redefine-se em parâmetros que serão mediadas a partir de uma gestão democrática embasados na Política Urbana. Para Raichelis (2006, p.15).

É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a questão social em uma questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais.

Partimos do pressuposto de que a dificuldade de acesso à moradia legalizada é um dos elementos centrais da desordem urbana identificada especialmente na ocupação irregular do solo e na segregação territorial.

Diante desta conjuntura a introdução do capítulo Da Política Urbanana constituição federal de 1988 marcou a admissão dessa temática na história constitucional brasileira que, assim se expressa nos artigos 182/183. De acordo com o

Art. 182 da Constituição Federal. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretriz geral fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

No que se refere à Política Urbana Grazia (2002 p.15) descreve que os princípios fundamentais que orientaram esta Política na Constituição Federal se interpretam como:

Direito à Cidade e à Cidadania, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.

Após a promulgação da nova Constituição de 1988, que marcou a introdução da temática urbana na história constitucional brasileira, vários projetos de lei foram apresentados com o objetivo de assegurar a efetivação aos dispositivos referentes à Questão Urbana. De forma que se cria o Estatuto da Cidade sobre a Lei n. 10.257/2001, como regulador dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabelecendo normas gerais para a política de desenvolvimento urbano. O Estatuto da Cidade trata, portanto de um mecanismo implementador do princípio da dignidade da pessoa humana, comotambém do controle da propriedade urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade.

Em consonância com Estatuto da Cidade é criado o Plano Diretor um instrumento do município que tem na sua funcionalidade a tarefa de executar uma política de desenvolvimento urbano, que garanta o bem-estar de seus habitantes, ordenando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Diante deste contexto se desenvolve no mesmo ano uma nova etapa de avanços nas demandas sociais, com a criação do Ministério das Cidades que tem como objetivo assegurar o acesso à moradia digna, a terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, tendo como bases estruturais três principais problemas sociais a moradia, o saneamento ambiental (que agrega água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos) e do transporte da população urbana.

De forma que, a criação do Ministério das Cidades é um marco na Política Urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte fortalecendo a

descentralização e municipalização da Política Urbana. Nesse sentido, o direito à cidade deve ser o eixo articulador fundamental de qualquer política na área de habitação.

Desta forma, a problemática abordada anteriormente nos dá subsídios para a importância da discussão da questão urbana enquanto expressões da Questão Social e, será neste contexto que, apresentaremos na próxima seção os resultados da pesquisa sobre o trabalho dos profissionais do Serviço Social da SEPLAN com a Política Urbana.

4 - O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA SEPLAN NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: POSSIBILIDADES E DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

4.1 Procedimentos Metodológicos da pesquisa

A metodologia corresponde a um conjunto de abordagens técnicas, onde se é utilizado processos para formular e resolver problemas de aquisição do conhecimento, de uma maneira sistemática para atingir um determinado fim ou chegar ao conhecimento. Sendo assim, esta pesquisa trata-se de uma Pesquisa de Campo, definida por Rodrigues (2007), “É a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas”. Para a produção do conhecimento.

O campo/local de estudo foi à SEPLAN, localizada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 85 no bairro do Jardim Tavares na cidade de Campina Grande-PB. A SEPLAN é Secretária de Planejamento responsável pelas articulações das demais secretárias e órgãos da cidade de Campina Grande-PB. A sua principal atribuição a promoção da Política de Desenvolvimento Urbano, sob o controle social do Conselho da Cidade, e a promoção da Política de Habitação de Interesse Social. Os sujeitos da pesquisa foram os Assistentes Sociais que trabalham na SEPLAN.

O instrumento utilizado para a presente pesquisa de campo foi um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, na qual foram elaboradas questões direcionadas à análise entorno do conhecimento dos profissionais do Serviço Social da SEPLAN no âmbito da política urbana.

A aplicação do questionário foi realizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das pessoas envolvidas no estudo, além de resguardar as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde. De posse dos dados, foram extraídas as falas dos entrevistados referentes aos objetivos do estudo que serão aqui supracitados referendando-se sob uma perspectiva crítica a partir da análise do conteúdo.

A coleta de dados se fez mediante a aplicação de um questionário semiestruturado¹² e de acordo com a Resolução nº 466/12 CNS/MS que tem por finalidade proteger os sujeitos da pesquisa de possíveis riscos e danos, é formada as pesquisas que envolvem seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

O campo de estudo na qual foi aplicada o questionário foi à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) localizada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 85 no bairro do Jardim Tavares na cidade de Campina Grande-PB. Sendo uma Secretária de Planejamento responsável pelas articulações das demais secretárias e órgãos da cidade de Campina Grande, na qual consisti em sua principal atribuição a promoção da Política de Desenvolvimento Urbano, sob o controle social do Conselho da Cidade, e a promoção da Política de Habitação de Interesse Social.

4.2 Resultados dos dados da Pesquisa de Campo

Os sujeitos deste estudo são 09 profissionais que atuam na área da habitação na SEPLAN. De acordo com a coleta da análise dos dados 99% são do sexo feminino e somente 1% do sexo masculino, de forma que, o sexo feminino evidencia-se, na predominância da mulher com o trabalho socioassistencial no âmbito da instituição pesquisada. Sobre o pressuposto que o número de mulheres que trabalham com serviços assistenciais está relacionado, historicamente, com a estruturação do surgimento do Serviço Social, na qual era atribuído o assistencialismo a doutrina da igreja católica por meio das freiras e, também, realizado por moças dispostas a ajudar as famílias carentes.

Diante desta conjuntura o Serviço Social passa pelo processo de Renovação a prática profissional, com movimentos e reflexões críticas de sua ação e de seus referenciais, requisitando mudanças no perfil profissional, buscando romper com o tradicionalismo.

Com relação à faixa etária, podemos observar que a equipe é formada por profissionais jovens entre 27 a 36 anos que equivalem a 60% da população amostra, tendo também dos 43 a 65 anos que equivalem a 40%. Da população amostra. Desta

¹²Ver modelo de questionário em Apêndices.

forma, percebe-se que o quadro de profissionais é amplo e diversificado e relacionam a idade com experiências e maturidade.

Sobre o Estado Civil dos 09 entrevistados, 06 são casados, (sendo 05 mulheres e um homem), 01 União Estável e 02 são solteiras. De forma que, demonstram o aumento na participação da mulher como membros importantes na renda familiar.

Sobre os dados coletados no que corresponde à moradia dos sujeitos da pesquisa constata-se que, todos residem na cidade de Campina Grande-PB, sendo 08(oito) possuidores de casa própria e 01(um) cedida. De forma a observar uma estabilidade e segurança no sentido de que 99% possuem casa própria.

De acordo com os dados coletados sobre as formações acadêmicas, a conclusão do curso em Serviço Social varia entre 1979 a 2013. Onde podemos observar a grande escala de conhecimentos, de conquistas e de mudanças durante esses 34 anos de uma formação acadêmica a outra. Tomando como base de entendimento relacionadas às conquistas mais significativas citarei dois marcos importantes para a profissão. Em relação à pós-graduação apenas duas pessoas possuem especialização, sendo um na área de Recursos Naturais e outro em Gestão Pública.

Na área da qualificação profissional 99% já participaram de seminários; palestras e cursos. Isso evidencia que as maiorias dos sujeitos entrevistados procuram um aperfeiçoamento profissional em busca de promover uma melhor qualificação profissional, valorização e remuneração salarial.

Em relação ao seu exercício laboral 100% dos que responderam o questionário possui vínculo institucional de forma de contrato temporário. Diante desta realidade o trabalhador produz um sentimento de instabilidade pela falta de garantia em permanecer empregado, de forma que possa interferir diretamente e indiretamente na sua atuação profissional, tornando limitado devido à forma de empregabilidade, e lhe privando do acesso aos seus direitos trabalhistas.

Somando uma carga horária de 30 horas semanais, sendo esta uma conquista dos Assistentes Sociais regulamentada pela Lei de nº 12.317/10 que institui a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para o Assistente Social.

De acordo com as respostas do referido questionário quando perguntados sobre o tempo que atuam como Assistentes Sociais na SEPLAN na área da habitação, as respostas variaram entre um ano a cinco anos de tempo de serviços prestados, com uma remuneração que variam de R\$ 1.365,00 (Hum mil e trezentos e sessenta e cinco reais) a R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais), dos que responderam 07 não possuindo

outro vínculo empregatício. O1 possui comércio e, outra é Coordenadora de um projeto social.

O questionário foi elaborado da seguinte forma com sete questões abertas e uma fechada. A primeira questão a ser respondida pelos entrevistados foi a seguinte: Para você o que é Questão Urbana e Política Urbana? Estes responderam da seguinte forma:

No meu entendimento, vejo que, a Questão Urbana e Política Urbana é tido no município, principalmente os trabalhos desenvolvidos pela SEPLAN que visa subtrair o déficit habitacional, principalmente para pessoas de baixa renda e também para os que moram em áreas de risco. (ENTREVISTADA A).

São questões sociais que cometem a realidade urbana, ou melhor, a vida e o direitos sociais da população que residem na zona urbana. Tocante a política urbana pode-se afirmar que são políticas sociais direcionadas ao meio urbano. (ENTREVISTADA B).

É um tema muito importante e deve ser visto com mais atenção pelos políticos, procurando ajudar aqueles mais necessitados, muitos se deslocam da zona rural para as grandes cidades, não tendo chance de estudar e de trabalhar (ENTREVISTADA C).

Questão Urbana-acredito que envolve tudo que nos cerca o trânsito, (de carros e de pessoas), a questão habitacional, de recursos naturais, comércio, emprego, desemprego, emprego informal POLITICA URBANA—todas as ações que visam: reduzir a ocupação desordenada de áreas impróprias, dar fluidez ao trânsito, acabar ou reduzir os impactos naturais danosos etc.(ENTREVISTADA D).

A questão urbana trata-se de mais um problema originado das desigualdades do sistema capitalista. Desde a acumulação primitiva de capitais até a conjuntura atual o Estado não oferece, na sua totalidade, condições de moradia digna e com serviços públicos de qualidade às pessoas que foram ou estão sendo excluídas da sociedade pós-moderna, que se julga à frente, mas que continua “esquecido” de uma grande maioria. (ENTREVISTADA E).

Observamos na resposta dos entrevistados que 60% dos entrevistados têm uma visão simplista e limitada sobre o assunto. Em contra partida 40% apresentaram respostas coerentes ao que lhe foi perguntado. De acordo com Santos (1982; p.66) define que:

A questão urbana é geralmente concebida como um problema social provocado pelo crescimento acelerado e anárquico das cidades nas sociedades capitalistas.

A Questão Urbana se expressa neste crescimento desacerbado das cidades, na ausência de moradia, nas condições precárias de habitação, de transportes, poluição e saneamento. Diante desta conjuntura, a Política Urbana surge em um contexto de lutas sociais, que transformaram a Questão Social e Urbana em uma questão política e pública, tendo sua maior representação com a introdução da Política Urbana na

Constituição Federal de 1988, marcando a admissão dessa temática na história constitucional brasileira.

A segunda questão a ser indagada aos entrevistados foi: Como você analisa o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais no âmbito da Política Urbana? Eles responderam que:

O Assistente social exerce um papel preponderante e efetivo em adoção as políticas sociais no aumento na política urbana. O assistente social comprometido com seu trabalho, não mede distâncias para execução das atividades que lhes são confiadas (ENTREVISTADA A).

Os profissionais de serviço social na área da política urbana é de fundamental importância para que ocorra a aplicabilidade da política, entretanto, a fragilidade e o déficit das ferramentas de trabalho no desenvolvimento das ações acometem a eficiência. (ENTREVISTADA B).

É indispensável, os assistentes sociais procuram ajudar e orientar as pessoas que estão com dificuldades, sendo que existem uma política dentro das instituições que devem ser respeitadas e as vezes dificultam o trabalho social. (ENTREVISTADA C).

Acho um pouco tímido, devido à falta de espaço e credibilidade dado por outras áreas. (ENTREVISTADA D).

Bom, mais com muitas limitações. Muitos entraves burocráticos. Nos deixando muitas vezes de mãos atadas; dificultando a prática do técnico social, já que trabalhamos atrelados a uma instituição. (ENTREVISTADA F).

Visualizam-se, nas respostas as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no âmbito institucional. De forma, que as instituições ainda perpetuam velhas práticas assistencialistas e clientelistas. E, superar as múltiplas contradições requer do profissional embasamento Ético-Político, Teórico-Metodológico e Técnico-Operativo, além de uma rigorosa capacidade de mediação frente à correlação de forças existentes. Na ótica de Iamamoto (2009, p. 344) essa afirmativa “fundamenta-se no reconhecimento de ser o trabalho profissional tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam”.

Os espaços ocupacionais são resultantes das profundas transformações sócio-históricas, de mudanças macroscópicas que ocorrem na sociedade, sofrendo assim significativas e contínuas alterações, interferindo diretamente no trabalho dos Assistentes Sociais inseridos nas instituições, com mudanças regressivas nas relações entre o Estado e a sociedade.

Quando perguntados se a Secretária de Planejamento (SEPLAN) proporcionava cursos profissionalizantes na área da habitação para a sua qualificação, 05 Responderam

que sim, que já participaram de Seminários; Palestras; Cursos, entre outros, o que nos demonstra o seu interesse para sua qualificação profissional.

Um dos questionamentos abordados na pesquisa foi como você compreende a importância do trabalho do Assistente Social na área da Política Urbana quanto à habitação? Obtivemos as seguintes respostas:

O Assistente social tem um papel muito importante nessa política. Visto que, tem conhecimento do dia a dia principalmente das pessoas de menor poder aquisitivo e que moram em áreas precárias e inóspitas. Portanto o A.S.procura sempre fazer um trabalho para diminuição desse problema. (ENTREVISTADA A).

Fundamental, visto que os (as) assistentes sociais realizam atividades que buscam a independência e o emponderamento beneficiários nos condomínios residenciais. (ENTREVISTADA B).

(ENTREVISTADA C) NÃO RESPONDEU

Apesar de considerar a área de atuação ainda bem recente, considero de extrema e fundamental importância para o desenvolvimento da política habitacional, visto que, será ele que será capaz de identificar através dos instrumentos necessários a demanda que se enquadra no projeto, como também fará todo acompanhamento antes, durante e depois do projeto. (ENTREVISTADA D).

Um papel importante no que se refere á informações sobre as políticas públicas e a maneira de como reinvidicá-las. (ENTREVISTADA E).

Analisando as respostas, percebe-se que 70% das respostas obtidas corresponderam ao entendimento dos entrevistados sobre o referido assunto. Pois Historicamente, a atuação dos Assistentes Sociais na política habitacional está intimamente relacionada ao trabalho comunitário, com foco na participação popular, como também, na promoção da autonomia e do protagonismo social. A criação de mecanismos de participação da sociedade nas decisões assegura o direito do cidadão de participar do processo de planejamento e das decisões.

De forma que, para iniciar um amplo processo participativo de discussão para a formulação de uma proposta de criação de uma instância federal o Ministério das Cidades cria a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) pautado em uma ação democrática, descentralizada e com participação popular, visando à coordenação e a integração de ações. No sentido, da construção do processo de conferências Municipais, Estaduais e Federais, sendo sua tese central uma política nacional orientadora e coordenadora de esforços, planos, ações e investimentos dos vários níveis

de governo e, também, dos legislativos, do judiciário, do setor privado e da sociedade civil.

E é neste sentido de igualdade política que se busca nas conferências a equidade social, maior eficiência administrativa ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e respostas aos direitos da população.

Quando perguntado quais os mecanismo legais (leis, políticas, outros) utilizados pelos profissionais do Serviço Social a fim de viabilizar os direitos dos usuários no âmbito do trabalho desenvolvido na SEPLAN? Os Assistentes Sociais responderam que:

O primeiro passo e realizar inscrições para a população, em seguida realizar visitas domiciliares para reconhecimento da necessidade do inscrito, seguindo de reuniões, encontros palestras e após a construção das moradias, realiza-se o sorteio entre os inscritos de acordo com os critérios preestabelecidos (ENTREVISTADA A).

(ENTREVISTADA B) NÃO RESPONDEU

O Eca; Estatuto do Idoso; Código de Ética do Serviço Social.(ENTREVISTADA C).

Política de habitação (governo Federal); Eca; política nacional do idoso, da pessoa com deficiência, política de mobilidade urbana; (ENTREVISTADA D).

A portaria 21 do ministério das cidades de 2014; políticas públicas que possam atender á necessidade de cada pessoa de acordo com sua necessidade. (ENTREVISTADA E).

As leis que direcionam nossa prática; Eca, código de S. Social, lei do Idoso, do deficiente, Suas, etc.(ENTREVISTADA F).

Nas respostas obtidas percebemos que a (entrevistada A) não compreendeu bem a pergunta. Em relação às outras respostas observamos que todas citaram o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e o Estatuto do Idoso dentre outras políticas públicas. De forma que, o conhecimento e utilização destas politicas são de extrema importância como também são imprescindíveis para que ocorra a execução correta das ações direcionadas aos direitos dos usuários. Neste sentido, o Serviço Social desempenha a função essencial de intervir junto às políticas públicas, ampliando a cidadania em busca da universalização dos direitos.

Quando indagados sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretária na área da habitação obtivemos as seguintes respostas:

As ações desenvolvidas pelo assistente sociais da SEPLAN no âmbito de moradia e de acompanhar e executar as ações propostas no cronograma de atividades estabelecido no projeto. P.T.T.S, (ENTREVISTADA A)

Primeiramente a garantia por uma habitação digna e de certos baixos, com (palavras da entrevistada) isso após a entrega da moradia os profissionais desenvolvem oficinas, palestras e reuniões que auxiliam na gestão condominial (palavras da entrevistada) e nas relações vizinhas. (ENTREVISTADA B).

Palestras, visitas domiciliares, reuniões. (ENTREVISTADA C).

O Serviço social trabalha (desenvolve) suas ações dentro dos projetos habitacionais existentes e coordenados pela secretaria: minha casa, minha vida; PAC-Programa de Aceleração do crescimento, de regulação fundiária, assistência às pessoas que moram em áreas de risco e que são vítimas de acidentes naturais como: enchentes, desmatamento etc., e outras ações que seja necessário a presença de um profissional da área. (ENTREVISTADA D).

Após o processo de seleção feito pela secretaria de planejamento, uma equipe técnica social desenvolve um trabalho no condomínio embasado em cinco eixos que envolvem diversos temas sendo eles; mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda e gestão condominial. Esses temas são elaborados através de palestras, oficinas, ações e parcerias tanto com o setor público, quanto privado. Vale salientar que o trabalho social passa por situações que dificultam a sua realização como, por exemplo, falta de infraestrutura e melhores condições de trabalho. (ENTREVISTADA E).

De acordo com as respostas aqui colocadas, todas relacionaram com Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS). Que é um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários. Tendo em sua finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população por ser pensado em três fases: planejamento, implementação e avaliação. A efetivação deste projeto se dá através de palestras; reuniões; mine cursos entre outras ações que possibilitem a aplicação do mesmo. Esse trabalho é desenvolvido não só através dos Assistentes Sociais nas também de toda equipe que compõem a parte técnica da secretária na área da habitação como: Pedagogos; Educadores Físicos e Psicólogos.

Compete a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador dos programas minha casa, minha vida do Ministério das Cidades o acompanhamento e execução do PTTS, uma vez que a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento das metas/atividades, estabelecidas no projeto aprovado. O principal instrumento de monitoramento das atividades é o relatório de acompanhamento (citado pelos entrevistados), utilizado como comprovação da realização de atividades para fins de liberação.

Quando questionados sobre o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais no âmbito da Política Urbana, se existe transversalidade com outras políticas sociais no município, os profissionais responderam que:

Sim, quando se faz necessário, através de memorando solicitando parceria e a questão é sempre solucionada, entre secretarias do município (ENTREVISTADA A).

Sim, políticas de saúde, educação e assistência social. (ENTREVISTADA B).

Sim, existem vários convênios com outras secretarias. (ENTREVISTADA C).

Sim, Política de mobilidade urbana. (ENTREVISTADA D).

Sim, um dos objetivos do trabalho técnico social é manter parcerias com outros serviços públicos do município para que a população possa ser atendida de acordo com sua necessidade. (ENTREVISTADA E).

Sim, principalmente com a secretaria de saúde municipal. (ENTREVISTADA F).

Todos os entrevistados responderam positivamente, confirmando a parceria com outras secretárias para execução dos trabalhos desenvolvidos.

É cada vez mais frequente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais em diferentes campos das políticas públicas, para tanto, se faz necessário articulações entre vários sujeitos e organizações governamentais para a efetivação dos programas e projetos desenvolvidos no sentido de convergirem para a consecução de projetos a serem assumidos coletivamente.

Por fim, foram perguntados quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais no exercício profissional na Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Os entrevistados relataram que:

A (ENTREVISTADA A) não respondeu a questão

Infraestrutura das salas do setor social; equipamentos, como por exemplo, computador (equipamentos eletrônicos), recursos financeiros contínuos para que as atividades não sejam preteridas (palavras do entrevistador) em nenhum período. (ENTREVISTADA B.)

Falta de capacitação e democracia. (ENTREVISTADA C).

Dificuldades de ordem burocráticas; econômicas e de credibilidade; exemplos: solicitar espaço, recursos para ações etc.(ENTREVISTADA D).

Falta de políticas que ofereçam (palavras da entrevistada) serviços que realmente deem condições de moradia digna. Entende-se que o conceito de moradia digna vai além da unidade habitacional, está também ligada á

educação saúde e boas condições do meio ambiente para a sobrevivência da família. (ENTREVISTADA E).

Sobre as respostas obtidas deste último questionamento, observamos de forma clara e notória a precariedade do trabalho no espaço ocupacional do Assistente Social. Diante desta conjuntura podemos sistematizar a dinâmica de reprodução do capital. Raichelis (2011, p.421) destaca que:

A precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciaram mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

Ao apropriar-se não apenas do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, o capital submete o trabalhador às condições de precarização e de não atendimento das necessidades humanas da classe trabalhadora. De forma a expandir o aguçamento da relação antagônica capital/trabalho.

Nessa perspectiva, são inúmeros os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais em uma conjuntura de desequilíbrio urbano, déficit habitacional, fragmentação do trabalho, políticas focalizadas, seletivas e excludentes, que exige frequentemente, um profissional qualificado com competência teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político, para atender as mais diversas demandas institucionais e sociais.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do crescimento populacional ocorrido principalmente nos centros urbanos provocou um agravamento das desigualdades sociais e econômicas nas cidades, gerando a massificação da pobreza e da exclusão. Diante desse cenário, a questão urbana e os processos de exclusão social trazem ao foco o debate das sequelas do grande crescimento populacional.

A cidade apresenta, assim, as características deste processo de empobrecimento, de desemprego, dos problemas urbanos, em especial à carência de políticas no setor habitacional, a precariedade habitacional, saneamento ambiental, pavimentação, energia elétrica, além de equipamentos urbanos, como escola, postos de segurança pública etc.

Nesse contexto, evidencia-se o Serviço Social como parte imprescindível nesse processo, trabalhando articulado à sociedade civil e ao Estado, no sentido de promover a inclusão à cidade a Política Urbana relacionada ao papel social do sujeito e sua relação com o espaço onde habita, a participação popular é extremamente necessária, pois nessa condição os sujeitos sociais serão capazes de reivindicar seus direitos. Tais considerações proporcionam uma visão macro da Política Urbana apresentada na realidade brasileira.

Entretanto, para compreender os fundamentos do Serviço social, na atual conjuntura política, é preciso reconhecer que as funções históricas, teóricas e metodológicas da profissão fazem parte de um único conjunto. Podem ser explicados, a partir dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelo profissional, no exercício diário de sua função. Deste modo é preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar os novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta. Tomando como embasamento o projeto ético-político, abordagem crítico-dialética, e um posicionamento retido na práxis profissional.

No âmbito da intervenção profissionalo Serviço Social, como profissão, estabelece-se no processo de reprodução das relações sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho.

Nesta conjuntura o profissional de Serviço Social tem sido requisitado a atuar nas políticas urbanas em particular na área da habitação, sua atuação profissional tem como eixo fundante o planejamento e a intervenção, efetivados na geração de trabalho e renda, na educação ambiental e no trabalho de participação comunitária. Sob a

perspectiva da totalidade, não visualizando apenas o indivíduo, mas as relações mais amplas, buscando formas de intervenção para sua transformação em quanto ser social.

O que se revela nesse trabalho é a importância do profissional do Serviço Social, de uma leitura ampla, na conjuntura política, econômica, social e cultural de forma que subsidiará uma análise mais clara acerca do processo no qual estão inseridas as políticas públicas de proteção social, inclusive a habitacional. A reversão do quadro de desigualdades das cidades e a construção de uma política de direitos é uma tarefa longa, lenta, gradativa, para que a construção da equidade e justiça social possa acontecer verdadeiramente, concorrendo para a efetivação destas ações.

De acordo com os dados apresentados colhidos na pesquisa de campo visualizam-se as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no âmbito institucional, na qual, ainda perpetuam velhas práticas assistencialistas e clientelistas, aliadas ao sucateamento das políticas públicas.

Conclui-se então que, os Assistentes Sociais depara-se com desafios diversos relacionados, a fragmentação do trabalho, a diluição de suas atribuições com equipes multidisciplinares, projetos com essência macroestruturais já produzidos, com a mínima ou quase inexistente, possibilidade de alteração com Políticas focalizadas, seletivas e excludentes. E, quanto à efetivação de um direito social, for entendido em uma conjuntura, capitalista e concorrencial, onde o individualismo reina em quaisquer discursos, garanti-lo significa continuar a luta pela vida.

REFERÊNCIAS

_____. **ABEPSS: Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**-Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Oito de novembro de 1996. Rio de Janeiro Novembro de 1996.

AZEVEDO, Sergio de. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86):** criação, trajetória e extinção do BNH. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 189-98.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder:** da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pág. 43/47.

BARROCO, Lúcia; Sylvia, Terra. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8.662/93 da regulamentação da profissão. 9. Ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. p. 22.

BERNARDI, Jorge Luiz: **Funções sociais da cidade:** conceitos e instrumentos. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **O espaço geográfico:** um esforço de definição. São Paulo: 2007. n° 22. p. 65-72.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1988.
O Estatuto da cidade comentado. Organizador Celso Santos Carvalho. Ana Claudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 05/07.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** São Paulo: Ministério das Cidades: São Paulo, 2004. p. 07-13.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. Edição Eletrônica Labor Edições. São Paulo, 2007. p. 20.

CASTELLS, Manuel. **Questão urbana.** Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 182.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Editora Ática: Série Princípios. 3 edição. São Paulo, 1995. n°. 174. p. 01-16.

GRAZIA, Grazia de; RODRIGUES, Evaniza. Uma alternativa para a gestão urbana: O Ministério das Cidades e seus desafios. In: **Revista Rio de Janeiro.** São Paulo, 2003. n°. 9. p. 15/53.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica /Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. 25. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15;16.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.p.344.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2014. n°. 120. p. 609-639.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 53.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Robens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. p. 11-42.

_____. **Sobre a cidade e o urbano, geosp-espaço e tempo**. São Paulo, 2012. n°. 31. p. 133-142.

LE CORBOUSIER. **Planejamento urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MARICATO, Ermínia. Brasil. **Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes: São Paulo, 2001. p. 83.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.66.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 159-178.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo, 1999. p. 16.

PAULA, João Antônio. A Produção do Conhecimento em Marx. Cadernos ABESS 5. **A produção do conhecimento e o Serviço Social**. São Paulo, 1995. p. 30.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade**. São Paulo, 2006. p. 13-48.

_____. O Assistente Social como trabalho assalariado: Desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2011. p. 420-437.

_____. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. In: **Serviço Social e Sociedade**.n° 85. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. **Crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 81.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. FAETC/IST: Paracambi, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O estado, o direito e a questão urbana**. Centro de estudos sociais: revista crítica de ciências sociais. 1982. p. 9-86.

YAZBEK, Maria C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

_____. YAZBEK, Maria C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 119.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – CSS**

**PESQUISA: SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE O
TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETÁRIA DE
PLANEJAMENTO- SEPLAN EM CAMPINA GRANDE-PB.**

Responsável: Karla Waléria Oliveira Silva Chaves

Local da Pesquisa: Secretária de Planejamento-SEPLAN

Data do preenchimento do questionário: ___/___/___.

QUESTIONÁRIO

1. DADOS DO PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DOS/AS ENTREVISTADO/AS

1.1 Sexos: a- () Masculino b- () Feminino

1.2 Idade: _____

1.3 Estado Civil: a-Solteiro/a () b-Casado/a () c-Divorciado/a () d-Viúvo/a ()

e- outros() Especificar _____

1.4 Municípios onde reside atualmente: _____

1.5 Residências: a-Própria() b-Alugada () c-Cedida() d-Outros

2. DADOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

2.1 Em que ano concluiu o Curso de Serviço Social? _____

2.2 Você possui curso de Pós-Graduação ? a-() sim b-() não.

Se sim, qual?

a-Especialização () b-Mestrado() c-Doutorado() d-Outros().

Área: _____

2.3 Você já participou de alguma qualificação profissional?

Se sim, qual?

a- Seminários () b- Palestras () c- Cursos() d-Conferências() e- Outros()

2.4 Qual seu vínculo institucional:

a- () Concursado b- () Contrato Temporário c –Outro(). Qual? _____

2.5 Qual sua carga horária de trabalho? _____

2.6 Há quanto tempo atua como Assistente Social na SEPLAN: _____

2.7 Qual a sua Renda/Salário (individual): _____

2.8 Possui outro vínculo de trabalho?

a- Sim() b-Não () Se sim, qual ? _____

3- DADOS SOBRE O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA SEPLAN

3.1 Para você o que é Questão Urbana e Política Urbana?

3.2 Como você analisa o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais no âmbito da Política Urbana?

3.3 A SEPLAN proporciona cursos profissionalizantes para sua qualificação profissional na área da habitação? a- () sim b- () não

3.3.1 Caso a resposta da pergunta anterior seja afirmativa, que tipo de qualificação profissional você participou?

a-Seminário () b-Palestra () c- Curso() d-Conferência() e- Oficina() f- Outros()

3.4 Como você compreende a importância do trabalho do Assistente Social na área da Política Urbana quanto à habitação?

3.5 Quais os mecanismos legais (leis, políticas, outros) utilizados pelos Profissionais do Serviço Social a fim de viabilizar os direitos dos usuários no âmbito do trabalho desenvolvido na SEPLAN?

3.6 Quais são as ações, os projetos, programas e as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da SEPLAN para a garantia dos direito a cidade (habitação) no município de Campina Grande-PB?

3.7 No trabalho desenvolvido pelo Serviço Social da SEPLAN no âmbito da Política Urbana há transversalidade com outras políticas sociais no município?

3.8 Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos Assistentes Sociais no seu exercício profissional na SEPLAN?
